



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009932-75.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **SONIA REGINA RANÚ**
 Requerido: **FABIANA DA COSTA PEREIRA INNOCENTINI MARGIOTTI-ME - MARGIFLEX ESTOFADOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um sofá junto à ré, o qual pouco depois da compra apresentou vício de funcionamento que não foi sanado mesmo diante das diversas vezes em que o encaminhou à assistência técnica para reparo.

As matérias suscitadas pela ré em preliminar na contestação que ofertou se entrosam com o mérito da causa e como tal serão apreciadas.

Ressalvo de início que o prazo de decadência previsto no art. 26, inc. II, do CDC não se operou na hipótese vertente.

Com efeito, é incontroverso que a compra do produto sucedeu em novembro de 2013, tendo a autora asseverado que já em dezembro foi constatado o primeiro problema de funcionamento (a "chese" não retraía após ser acionada").



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

É incontroverso, outrossim, que o primeiro atendimento da assistência técnica sucedeu em abril/2014, mas a autora assentou que já em dezembro/2013 a teria acionado para tanto.

Levando em consideração a regra prevista no art. 6º, inc. VIII, do CDC, tocava à ré demonstrar que a solicitação feita pela autora aconteceu depois do decurso de noventa dias após a concretização do negócio, mas ela não se desincumbiu desse ônus porque não amealhou um só elemento que denotasse que isso se deu.

Nesse contexto, e à míngua de respaldo que permitisse ideia contrária, conclui-se que o aludido prazo decadencial não se escoou.

Por outro lado, a existência do vício no produto foi corroborada pela certidão de fl. 47 e pelas fotografias de fls. 45/46, tudo a confirmar que a "chese" do lado esquerdo do sofá não retrai após acionada.

O argumento de que isso teria derivado de mau uso da mercadoria por parte da autora não contou com o amparo de dados sólidos que o confirmassem e, como se não bastasse, o grande número de vezes em que a assistência técnica foi acionada (houve seis intervenções entre abril e agosto de 2014 – fls. 04/05, o que inclusive atesta que a autora não permaneceu inerte em momento algum) patenteia a persistência do problema que inclusive ainda remanesce como visto a fls. 45/47.

O quadro delineado basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, o vício apontado pela autora deve ser reputado existente, a exemplo da impossibilidade de sua reparação no trintídio, de sorte que por força do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, prospera a restituição do valor despendido para a aquisição do objeto.

Nem mesmo se poderia cogitar que a utilização do bem desde sua compra levaria a conclusão contrária, seja porque isso não se deu da maneira como a autora poderia imaginar (ninguém que compra um sofá ficaria satisfeito com os problemas detectados e com sua remessa diversas vezes à assistência técnica), seja porque de qualquer modo o vício não foi ao final sanado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.330,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse da autora; decorrido tal prazo in albis, poderá a autora dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**